



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11635 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**O ACESSO DOS ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS NO ENSINO MÉDIO**

Soraide Isabel Ferreira - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Candida Soares da Costa - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

### **O ACESSO DOS ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS NO ENSINO MÉDIO**

#### **Introdução**

Neste resumo expandido, apresentamos, o relato de pesquisa que se desenvolve no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGE/UFMT – *Campus* Cuiabá, vinculada à linha Movimentos Sociais, Política e Educação Popular e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação – NEPRE.

O tema versa sobre as políticas de ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 10.639/2003). Essas duas legislações dialogam entre si na medida em que se referem a discussão da educação das relações étnico-raciais, dado que o surgimento de ambas perpassa o enfrentamento do racismo presente na sociedade brasileira. A articulação entre elas se evidencia por meio do fato de uma propiciar uma (re)educação das relações étnico-raciais plurais e diversas, de modo que se contemple a população negra e sua identidade e, também por meio de outra, promover uma proporção mínima de entrada de estudantes negros na educação.

A Lei 12.711/2012 contribui para o ingresso de estudantes nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, da qual destacamos os integrantes de grupos historicamente excluídos do acesso a recursos financeiros, materiais, sociais e simbólicos na educação, devido às precárias condições de vulnerabilidades socioeconômicas.

Por sua vez, a Lei 10.639/2003 constitui, sem dúvida, um grande avanço para a discussão do combate ao racismo no contexto da educação brasileira e para a revisão dos conteúdos curriculares excludentes, sobretudo em relação à população negra.

Apesar da grande relevância histórica dessas políticas de ações afirmativas para o debate da entrada de diferentes grupos étnico-raciais na educação e para o debate da diversidade racial, ainda percebemos uma lacuna de estudos quanto à permanência dos estudantes negros cotistas do ensino médio e sua possível inter-relação com a valorização das diferenças raciais.

Dessa forma, o objeto da pesquisa consiste no acesso dos estudantes negros, no contexto da política de cotas, envolvendo as três dimensões: o ingresso, a permanência e a trajetória de sucesso escolar. Com essa perspectiva, contribui para que os estudantes negros cotistas não só ocupem o espaço da educação, mas também permaneçam e concluam com êxito seus estudos, tendo em vista a valorização da pluralidade e da promoção da equidade racial.

Assim, essa pesquisa tem o objetivo de analisar a permanência dos estudantes negros cotistas do ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT *campus* Cuiabá, no período de 2017 a 2022.

Diante disso, a realização da pesquisa se motiva pela necessidade de busca por respostas ao seguinte problema: Os estudantes negros cotistas têm tido a garantia do acesso, enquanto dimensão que envolve o ingresso, a permanência e trajetória de sucesso?

## **Metodologia**

Os estudos exploratórios objetivam possibilitar a familiarização do pesquisador com o problema de pesquisa que está sendo investigado, permitindo ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. Geralmente exploram um fenômeno ainda pouco explorado, por meio do aprofundamento do estudo sobre uma realidade específica, buscando maior conhecimento para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Dessa forma, “[...] o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja” (TRIVIÑOS, 1981, p. 109). Essa afirmação nos possibilita fazer uma relação com o presente projeto de pesquisa, que traz como centralidade a população negra no que tange ao estudo do acesso à educação em uma tripla dimensão, que contemple ingresso, permanência e trajetória de sucesso escolar, no sentido de identificar os resultados que desejamos sobre a permanência no espaço do IFMT *campus* Cuiabá.

No decorrer das últimas décadas, houve uma notória ampliação de investigações,

estudos, publicações e apresentações de trabalhos que utilizam a pesquisa de abordagem qualitativa, sendo muito usada no universo da área da educação. Dessa forma, elegemos nesse projeto a abordagem de pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2012, p. 21) “[...] responde a questões muito particulares [e] [...] se ocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Ainda Minayo (2012) ressalta a importância de trabalhar a complexidade e a especificidade do objeto de pesquisa, por meio da ordenação e classificação dos dados. O aspecto da não quantificação nos permite realizar uma análise dos fatores que perpassam a permanência, o que implica considerar não somente o recebimento monetário de bolsas, mas também descrever os problemas enfrentados para permanecer nessa instituição de ensino.

O pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas que reúnem características que ressaltam a pessoa que fornece as informações para o desenvolvimento da pesquisa. Temos assim que “[...] o **questionário aberto** [é um dos] instrumentos mais decisivos para estudar os processos [...] nos quais está interessado o investigador qualitativo [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

A aplicação do questionário será via *Google Forms*, uma ferramenta muito utilizada nas pesquisas científicas, dada a sua capacidade de acesso ao público alvo e a sua objetividade na elaboração das perguntas, fatores que possibilitam aos pesquisadores e aos pesquisados dinamizar o tempo e facilitar a organização, a sistematização e o processamento dos dados.

Em termos de delimitação do universo de estudo, elegemos os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Edificações, Informática e Secretariado, considerados cursos de certo prestígio social, com maior concorrência para ingresso se comparado com os demais

Quanto aos participantes discentes, selecionamos 12 (doze) estudantes negros cotistas, sendo 4 de cada um dos 3 cursos, tanto egressos como cursantes do último ano, ingressantes pela política de ação afirmativa de recorte étnico-racial, entre os anos de 2017 a 2022. Além disso ainda farão parte da pesquisa: 2 gestores (diretor geral, diretor de ensino), 3 professores (história, literatura e biologia) e 5 profissionais da equipe multiprofissional (assistente social, psicóloga, enfermeira, pedagoga e técnica em assuntos educacionais).

## **Revisão de Literatura**

A nossa proposta de desenvolver esta pesquisa perpassa a necessidade de realização de um mapeamento inicial sobre os estudos já concluídos sobre o tema *políticas de ações afirmativas*, com vistas a contribuir com as demais investigações científicas já realizadas por diversas instituições de ensino.

Assim, elaboramos um *Estado do Conhecimento* por meio de uma pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, inicialmente, com buscas livres por através da expressão *Lei n° 12.711/2012*, no período correspondente de 2014 a 2022.

Desse levantamento, foram encontrados 33 trabalhos, dos quais identificamos 3 produções que apresentaram no título do trabalho a palavra *permanência estudantil*; Barbosa (2017); Pereira (2018); Medeiros (2020).

Em linhas gerais, identificamos nos trabalhos realizados uma predominância da análise da permanência estudantil no ensino superior; uma grande evasão de estudantes negros do curso de licenciatura que não são beneficiários do programa de apoio social e os desafios, as potências e os significados da permanência na academia.

A pesquisa de Jesus (2020) constatou que embora a Lei 12.711/2012 tenha possibilitado o aumento significativo do acesso de estudantes pretos e pardos, propiciando sua representatividade na universidade, entretanto, há um índice mediano de permanência, o que indica a necessidade de institucionalização de políticas de permanência para esse grupo.

Posteriormente, elaboramos outro *Estado do Conhecimento* por meio de uma pesquisa feita também na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, inicialmente, com buscas livres por através da expressão *Lei n° 10.639/2003*, no período correspondente de 2014 a 2022.

Desse levantamento, foram encontrados 130 trabalhos, dos quais identificamos 5 produções que apresentaram no título o termo *educação antirracista*. Desses trabalhos, destacamos três que apresentavam esse termo também como palavra-chave: Nóbrega (2019); Grion (2017); Oliveira (2020).

De modo geral, evidenciamos a partir desses trabalhos desenvolvidos a falta de implementação de uma política interna local voltada para as relações étnico-raciais; o desenvolvimento de uma educação antirracista e a realização de estratégias pedagógicas junto aos estudantes para combater as práticas racistas e valorizar a diversidade étnico-racial.

Desde 2013, uma pesquisa realizada por Costa (2013) já havia apontado por meio dos depoimentos das participantes, uma questão importante sobre a Lei n° 10.639/2003, que diz respeito sobre a eventualidade das ações, de forma que ela evidenciou a necessidade de “[...] implementação de uma política curricular de educação para as relações étnico-raciais [que] considere, [...] a importância do índio, do negro e do branco” (COSTA, 2013, p. 27).

Em conformidade com Cavalleiro (2005), “[...] no cotidiano escolar há uma estrutura racista e a presença de situações de preconceito e de discriminação raciais, em que a cor da pele, ou seja, o pertencimento racial, orienta a qualidade das relações pessoais que são ali estabelecidas [...]”. Daí a necessidade de construção de uma educação antirracista que rompa com a exclusão e o abandono dos estudantes negros.

De acordo com Hasenbalg (2005), a ideologia racial dominante reproduz uma estrutura desigual de oportunidades para os grupos raciais não brancos que limita severamente a mobilidade ascendente individual de negros e mulatos. Com efeito, isso requer que o Estado combata por meio de políticas sociais efetivas a profunda exclusão que dificulta, notadamente, o acesso dos estudantes negros à educação.

### **Considerações parciais**

A partir da revisão de literatura constatamos que as políticas de ações afirmativas têm possibilitado o acesso dos estudantes negros nas instituições públicas de ensino, no entanto ainda não há a implementação de uma política interna nessas instituições, voltada para o desenvolvimento de uma educação antirracista articulada com as três dimensões: ingresso, permanência e trajetória de sucesso escolar.

**Palavras-chave:** políticas afirmativas, educação antirracista, permanência estudantil.

### **REFERÊNCIAS**

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *In: MEC. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

COSTA, Candida Soares da. Lei nº 10.639/2003: Dez anos de implementação do currículo de educação das relações étnico-raciais. *In: Momento*, ISSN 0102-2717, v. 22, n. 1, p. 17-34, jan./jun. 2013. Disponível em <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/4221>.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed. 2005.

JESUS, Marcineuza Santos de. Política de cotas e democratização do ensino superior: desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.